

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DA ELABORAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL

Marcelo Lima

Universidade Federal do Espírito Santo
mlufes@gmail.com

Resumo: Estudos sobre sistemas de educação podem demonstrar a importância do papel de mediador das secretarias municipais e estaduais de educação, sobretudo na elaboração do planejamento da política educativa que articula o nível nacional do MEC e das escolas. A partir de Plano de Educação Profissional (2009), percebe-se por um lado, a relevância de um planejamento, e por outro, contata-se sua insuficiência, quando não há a apropriação dos docentes e gestores que devem ser os co-autores da política pré-estabelecida, que hoje, apesar do discurso dos governadores (Casagrande e Hartung), fazem uma EP de costas para o EM e privatiza recursos públicos via bolsa SEDU, espécie de *prouni técnico*.

Palavras chave: planejamento; educação profissional; ensino médio

INTRODUÇÃO

A educação escolar é uma prática social intencional e sistemática e como tal se realiza por meio da materialização e do funcionamento de uma política educacional que contém em si estratégias, intencionalidades e técnicas educativas.

A forma de se fazer educação em cada época e em cada contexto é produto de uma constelação de condicionantes que têm como ponto de partida um projeto de sociedade e de homem que se quer formar e isso determina o projeto educativo a ser pensado, delineado, esboçado e realizado por inúmeros sujeitos que planejam, que intervêm e que executam nos espaços escolares a função social esperada da escola.

Produto este que no final das contas não reflete, pela complexidade do cotidiano escolar, pelas falhas estruturais e ausência de meios adequados e pelas contradições inerentes a escola, exatamente o que fora previamente estabelecido.

A busca pela determinação dos destinos da escola e pela definição última do processo educativo tornou-se elemento de disputa no interior das várias instâncias da sociedade e do Estado, de sorte que com o desenvolvimento do Estado democrático de direito e a consolidação dos direitos sociais, sobretudo o direito à educação, a política educacional ganhou mais e mais visibilidade em vista de sua importância na determinação dos elementos constitutivos fundamentais da oferta e da qualidade dos serviços públicos tipicamente escolares.

Com a democratização da sociedade e o advento mais recentemente da gestão democrática no Brasil tornou-se cada vez mais estratégico definir *o que fazer* da educação e por isso todos - sociedade, família, alunos, comunidade, profissionais, etc - querem interferir, definir, influenciar, participar, portanto, das escolhas políticas sobre a gestão, a administração, o financiamento, o

funcionamento e o uso do espaço escolar, o que toma corpo e materialidade nos dispositivos legais, nos recursos disponibilizados, nos currículos, na qualidade dos profissionais e, sobretudo no tipo de aprendizagem produzida no final das contas.

Para além da definição dos objetivos educacionais, como toda ação pública, o Estado precisa prever e prover uma série de instrumentos, equipamentos e meios para se atingir *os fins* da educação e pro isso ganha destaque aspecto que, por vezes, passa despercebido: o planejamento educacional por meio do qual pode-se antecipar no tempo ao nível de um plano não só *o que* fazer, mas *o como*, isto é os instrumentos, as variáveis intervenientes, os caminhos intermediários necessários de se percorrer para resolver problemas inerentes à oferta do serviço público educativo à população.

Em geral os educadores interessam-se pela definição macro, de âmbito nacional, ou local, de âmbito local-escolar, mas participar e conhecer as entranhas do planejamento educacional ao nível dos sistemas de ensino tem pouca relevância, mas vale lembrar que este constitui num método indispensável de se administrar a coisa pública que pode conferir certa racionalidade ao processo de execução da política educacional.

No Brasil, a tradição, por um lado autoritária da gestão e, por outro privatista da educação, afastou os educadores e a sociedade em geral da participação no planejamento educacional, sendo este privilégio dos técnicos.

Cabe, porém, uma adequada relativização da importância dos meios e dos fins. O planejamento visa à articulação entre metas e instrumentos, mas para Mendes (2000),

Isso só se torna possível no momento em que se compreende que o fim é quem determina os meios, que a teoria nasce da práxis e que só à medida que as pessoas que possuem os fins tenham a perspectiva da práxis, isto é de como os fins se desdobram e se alongam na ordem prática, como vão encarnando e se tornando ação com apoio em algumas instrumentalidades bastante precisas, só nessa medida poder-se-ia saber concretamente como juntar meios e fins. Neste sentido, uma autonomia absoluta da ordem instrumental é uma espécie de alienação (p. 145).

Deste modo, garantir que o espaço de elaboração dos rumos da educação seja permeável às demandas sociais e os conflitos políticos para a educação se realizar como espaço de participação da sociedade é possibilitar que a educação esteja na sua elaboração mais próxima daquilo que espera a sociedade no seu conjunto, mesmo que em princípio se construa um mapa aberto sem muitos detalhes como garantiria a tecnocracia de plantão.

Hoje a política educacional assim como a gestão escolar tem sido exaustivamente discutida pela literatura produzida por educadores e pesquisadores das universidades brasileiras, com destaque para o GT de política educacional da ANPED e, sobretudo após, a LDBEN nº 9394 de 1996. Com advento da gestão democrática, muitos autores tem se debruçado sobre questões que envolvem a democratização do acesso, do funcionamento e da permanência nas escolas.

Do ponto de vista micro, temas como a eleição de dirigentes, a participação da comunidade escolar, a estrutura necessária à escola, autonomia nos projetos políticos pedagógicos e a

divisão do trabalho, por exemplo, vem sendo objeto de inúmeros artigos, teses e dissertações [BARROSO (2005); CURY (2008); FERREIRA (2007); OLIVEIRA (2000); ADRIÃO (2001); TEODORO (2008); CUNHA (1997); DOURADO (2007); VIEIRA (2007) etc], por outro lado, do ponto de vista macro, a discussão que considera a política educacional, o financiamento, as relações entre os órgãos multilaterais e entre entes federativos como estados, municípios e união também são objetos importantes de estudos no Brasil.

É preciso, no entanto, avançar também nos estudos sobre sistemas educativos estaduais e municipais, pois abordar apenas os níveis macro/micro impede a percepção do importante papel de mediação exercidos pelos sistemas de ensino.

Alguns desses como os sistemas estaduais, no que pese a intensa municipalização do ensino, chegam a possuir milhares de unidades escolares. Precisa-se socialmente promover a apropriação não apenas do debate dos *fins* da educação, mas também dos *meios* para promovê-la, pois a ciência dos *meios*, intencionalmente hermética, pela sua opacidade tornou-se pouco atraente e em alguns casos inacessível, gerando dois equívocos igualmente danosos na visão dos educadores em geral.

Por um lado, os educadores mais desavisados supervalorizavam *os meios*, no contexto do estado na sua vertente intervencionista, entendendo-os como matéria exclusiva dos entendidos, mas hoje, no âmbito do estado neoliberal, os educadores mais críticos tendem a desconsiderar a importância dos *meios* por supervalorizarem *os fins*. Essa contradição denota uma espécie de superpolitização dos educadores que preferem discutir a política, o financiamento, os salários, a função da educação, etc, desapercebendo o quão pode ser estratégicos alguns processos mediadores que acabam por interferir sobremaneira nos *fins*.

Destaca-se nessa direção, portanto, a importância do planejamento, no âmbito dos sistemas de ensino que, embora, não sejam tão determinantes do resultado da educação escolar como as políticas macro do MEC e dos processos micro das escolas, ainda assim, possuem papel relevante na política educativa.

As políticas para o ensino médio e para a educação profissional, por exemplo, objetos aqui de análise, precisam de uma infraestrutura física, financeira e de pessoal e uma proposta pedagógica adequada que decorrem de escolhas tanto nacionais, como locais, em cada unidade escolar. No entanto, isso não é suficiente, pois entre o ministro da educação e a diretora da escola, entre a decisão central e os setores operacionais existem muitas decisões intermediárias que acabam por interferir nos destinos da educação brasileira.

E nesse momento histórico em que há uma retomada do crescimento econômico, novos elementos da busca pelo desenvolvimento do país colocam em destaque a questão do planejamento não só dos PPP(s) das unidades escolares, mas também dos sistemas municipais e estaduais e seus papéis mediadores nos processos de realização da educação pública de qualidade.

2.0 Estudo de caso do Planejamento da Educação profissional do Estado do ES: da elaboração à aplicação

O PEP 2009/2011 (2009), orienta que a oferta de educação profissional estadual deve levar em consideração o quadro institucional, tanto público quanto privado que hoje atua na Educação Profissional, o qual deve se constituir no ponto de partida para definição dos cursos a serem ofertados nas escolas estaduais.

Além disso, a escolarização não deve ser vista descolada da educação profissional, de sorte que ambas precisam integrar-se na estratégia de gerar novas e melhores oportunidades de inclusão ocupacional para jovens capixabas de todas as cidades do Espírito Santo atendendo todos os setores da economia local, dos mais simples para os mais complexos, entrecortando grandes e pequenas empresas de setores tradicionais e mais recentes.

a) Demanda de Formação Profissional no Espírito Santo

O processo de industrialização no Espírito Santo iniciou-se nos anos de 1960 com a criação de incentivos que possibilitaram o crescimento e a modernização das atividades tradicionais do setor secundário capixaba: produtos alimentícios, têxteis, minerais não metálicos e madeira. Posteriormente, foram realizados maciços investimentos na criação de empresas de siderurgia e celulose, portos, aeroportos, rodovias e ferrovias.

Na década de 1960 com a aplicação da política de erradicação de cafezais, quando a inclusão dos cafeicultores do Espírito Santo foi uma das mais altas do País, a consequência, entre outras, foi a aceleração da urbanização do Estado, isso porque um grande contingente populacional do campo migrou para a Região Metropolitana, estimulando a criação de novas atividades econômicas (A população rural do Estado, em 1960, era de 71%, em 1970, de 55%, em 1980, de 33% e, em 2000, de 20,48%).

A década de 1970 foi marcada pelo nascimento do Sistema BANDES/GERES (Decreto-lei Nº 880), que, por meio do FUNRES, criou um conjunto de mecanismos de incentivos fiscais que estimulou a industrialização do Estado.

Do início da década de 1970 até meados da década de 1980 foi ampliada mais ainda a centralidade de Vitória, com a implantação de grandes projetos industriais, que conjugou a participação de capitais nacionais e estrangeiros.

Na última década do século XX, verificou-se a intensificação das atividades relacionadas ao Comércio Exterior e a finalização da implantação dos grandes projetos, além da fixação de expressivo contingente de mão-de-obra não qualificada *vis-á-vis* a grande demanda por qualificação.

O processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo, atualmente, está baseado em três vetores principais: a) ampliação dos grandes projetos (celulose, mineração e siderurgia); b) desenvolvimento e fortalecimento dos arranjos produtivos locais – adensamento de cadeias produtivas locais e c) exploração e produção de petróleo e gás. Esses setores vão

impactar a economia local de modo inédito, com repercussão nos seus aspectos ambiental e educacional.

Segundo os dados do CAGED e da RAIS do MTE no Espírito Santo o mercado de trabalho cresce a olhos vistos, mas este mesmo mercado tornou-se mais exigente, elevando pré-requisitos de entrada e de permanência no emprego. Embora tenhamos nas empresas um cem número de funções que exijam conhecimento (escolaridade), habilidade (experiência), formação (educação profissional) e atitudes (formação moral e ética do trabalho) para as pessoas se inserirem no mercado, inegável é que os novos processos tecnológicos exigem pessoal mais bem preparado.

As necessidades de formação profissional devem ser supridas pela enorme rede de instituições que fazem formação profissional no Brasil, em particular no estado do Espírito Santo.

Cabe, de modo não exclusivo, ao MTE, às Secretarias de Estado e dos Municípios, em colaboração com instituições como os CEFETs e o sistema S, ofertar o ensino profissional de nível básico, que prepara a mão-de-obra para as funções mais simples, como as de eletricitas, pedreiros, armadores, mecânicos, soldadores, carpinteiros, entre outros. Fica reservado, também de modo não exclusivo, ao sistema federal, como os CEFETs, as Universidades públicas e privadas, ofertar o ensino profissional de nível tecnológico com os cursos de formação específica, de tecnólogos, de graduação e pós-graduação.

O ensino técnico de nível médio é o nível de formação em que mais instituições atuam. O setor público é responsável por mais de 40% das matrículas, o que deveria ser ampliado. Mas não basta ofertar apenas o ensino técnico; é muito importante que se amplie a quantidade e a qualidade do ensino médio, além de integrá-lo ao técnico.

Várias pesquisas são unânimes em afirmar que hoje em dia não é possível uma razoável inserção no mercado de trabalho sem conhecimentos de informática, domínio de uma língua estrangeira, um comportamento pró-ativo e, sobretudo, sem ensino médio. Esse nível de ensino é a encruzilhada de muitos jovens, sobre a qual se colocam duas possibilidades: a continuidade de estudos e a terminalidade. Para os jovens que precisam trabalhar, a inserção nos curso técnico é a forma mais adequada de inclusão produtiva tanto para si mesmos quanto para suas famílias.

b) - Demanda dos Arranjos Produtivos do Espírito Santo e Metodologia de Escolha

O PEP 2009/2011 (2009), ao analisar pesquisa a FCAA/UFES/SEBRAE, Competitividade Sistêmica dos Arranjos Produtivos Locais, de 2006, afirma que

(...) em relação ao grau de escolaridade da força de trabalho no conjunto dos APLs, 21,4% dos trabalhadores concluíram o ensino médio, 11,4% não completaram o ensino médio e 20,9% concluíram o ensino fundamental. O percentual da força de trabalho com ensino superior completo é de 2,2%. Os arranjos de Confecções, Metalmeccânico e Turismo são os que apresentam os melhores resultados quanto ao nível de escolaridade. Cerca de 41% e de 7% dos trabalhadores ligados ao arranjo Metalmeccânico concluíram, respectivamente, o ensino médio e o superior. Nos APLs

de Confecções e Turismo, respectivamente, 28,9% e 29,9% da força de trabalho completaram o ensino médio. No outro extremo, a Cafeicultura e a Fruticultura, respectivamente, com 7,1% e 7,4% de trabalhadores analfabetos, apresentam os piores resultados quanto à escolaridade do pessoal ocupado entre todos os APLs. O indicador da faixa de rendimento mensal revela que, para o conjunto dos APLs, apenas 9,6% dos trabalhadores têm uma renda superior a quatro salários mínimos mês e cerca de 64% da força de trabalho têm rendimento mensal entre um e dois salários mínimos. Faz-se necessário uma reposição anual em função de aposentadoria, morte, turnover e crescimento econômico em torno de 10% para o total de trabalhadores do setor Metalmeccânico, 8% para Construção Civil, 7% para o Turismo, 6% para Rochas Ornamentais, 5% para Moveleiro, 4% para Confecções, 3% para Fruticultura e 2% para Cafeicultura (Lima, 2009, p.43).

No PEP 2010/2011, propõe-se um método de escolha de cursos técnicos a serem oferecidos no Espírito Santo baseado no critério de localização e mapeamento das áreas demandantes territorial e setorialmente com base nos APLs e sua distribuição nas doze microrregiões do Espírito Santo. Neste caso a ênfase do PEP foi mais qualitativa que quantitativa e priorizou a construção de um delineamento do quadro de demanda para 2010, sem perder de vista seu recorte setorial predominante, pois se considerou necessário que a oferta de cursos técnicos a ser propiciada diretamente pela rede estadual tivesse uma identidade socioeconômica, permitindo assim que a rede da SEDU constituísse um perfil definido e, ao mesmo tempo, articulado com o das outras redes públicas e privadas de formação.

Para poder ofertar cursos técnicos de modo a atender os vários segmentos da economia capixaba, articulando o fortalecimento do ensino médio e a expansão do ensino técnico nas várias áreas profissionais, o Governo Estadual, como já afirmamos, sem pretender substituir o superpor a oferta de cursos técnicos existente para 2010, ofertará 3.900 bolsas SEDU, matriculará 8.900 jovens em cursos nos CEETs (Serra, Cariacica e Vila Velha), ofertará 2.900 matrículas no ensino médio integrado e 17.000 matrículas em escolas de ensino médio. Para tanto, é necessário definir as escolas, sua localização, as unidades escolares que receberão o ensino médio integrado, as escolas que farão concomitância com outras redes ou com os CEETs, as áreas profissionais, o quantitativo de alunos a serem matriculados, os cursos que deverão ser ofertados na modalidade de bolsa SEDU.

A oferta de educação profissional para 2010 não exclui o que tem sido feito pelas redes estadual, federal e privada. Neste sentido o PEP 2009/2011 (2009) destaca os princípios da **Sustentabilidade da Demanda Econômica e Social** (oferta de cursos esteja em sintonia com as necessidades reais da economia e da comunidade locais, sustentáveis a médio e longo prazo), **Garantia da Oferta Pública** (oferta pública de ensino médio-técnico deve impor-se à oferta privada), **Intercomplementaridade Territorial, Setorial e Interinstitucional** (integrar e articular sem justapor a oferta dos campi do IFES, SENAI, CEDITEC, UNIVERSO e CONTEC) e **Qualidade da Capacidade Instalada** (garantir escolas com 25 salas, refeitório, cozinha industrial, laboratórios (Informática, Biologia, Química, Física, Matemática), salas ambientes de Desenho, Artes, História e Geografia, auditório, quadra poliesportiva e biblioteca, pelo menos 1000 metros quadrados de área construída e principalmente ter RH concursado e licenciado).

Segundo o PEP 2009/2011:

lembrando que as escolas que mais se aproximam dessas condições são: a) EEEFM DES. CARLOS XAVIER PAES BARRETO (Microrregião 01 – Metropolitana), b) EEEFM GERALDO VARGAS NOGUEIRA (Microrregião 08 – Pólo Colatina), c) EEEFM LICEU MUNIZ FREIRE (Microrregião 11 – Pólo Cachoeiro), d) EEEFM JOAO BLEY (microrregião 11 – Pólo Cachoeiro), e) EEEFM JERONIMO MONTEIRO (microrregião 11 – Pólo Cachoeiro) e f) EEEFM ARISTEU AGUIAR (microrregião 12 – Pólo Caparaó). Dessa forma, nas microrregiões em que não existam escolas nestas condições, novas unidades escolares devem ser construídas ou ampliadas (Lima, 2009, p.75).

Dessa forma, tentando suprir o “vácuo” formativo gerado, por um lado, pela expansão da população de 15 a 18 anos nos diversos territórios do estado do Espírito Santo e, por outro, pela expansão econômica registrada nos diversos APLs existentes em terras capixabas, é que se propõe o conjunto de cursos conforme Quadro N° 01:

Quadro 01

Distribuição microrregional dos Cursos no contexto dos APLs (sublinhado o APL de maior densidade econômica)	
Microrregião 1 – Metropolitana: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória - Principais atividades Econômicas (APLs): Indústria, <u>Metal-mecânica</u> , serviços de comércio exterior, serviços especializados (excelência em educação, saúde e software), <u>Turismo de negócios</u> , administração pública, <u>petróleo e gás</u> , atividade portuária e <u>Construção Civil</u>	a) Conservação e Restauro, b) Transações Imobiliárias, c) Manutenção e Suporte em Informática, d) Design de Móveis, e) Móveis, f) Eventos, g) Processos Fotográficos, h) Tecelagem e Vestuário e i) Design de Calçados.
Microrregião 2 – polo Linhares: Aracruz, Ibraçu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama - APLs: <u>Celulose</u> , <u>Pólo Químico</u> , <u>Pólo Moveleiro</u> , <u>Heveicultura</u> , <u>Silvicultura</u> , <u>Fruticultura</u> ; <u>Turismo de lazer</u> , <u>Petróleo e Gás</u>	a) Conservação e Restauro, b) Edificações, c) Automação Industrial, d) Metalurgia, e) Áudio e Vídeo, f) Cozinha, g) Agricultura, h) Alimentos, i) Agroindústria, j) Agronegócio, l) Móveis e m) Florestal.
Microrregião 3 –Metrópole Expandida Sul: Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataizes e Piúma - APLs: <u>Pólo de turismo</u> , <u>Pólo fruticultura</u> , <u>Pólo sucroalcooleiro</u> , <u>Pesca</u> , <u>Pecuária Leiteira</u> , <u>Pellets</u> e <u>Porto especializado (planejamento urbano, novos equipamentos de lazer e áreas de preservação)</u> , <u>Petróleo e Gás</u>	a) Design de Interiores, b) Edificações, c) Mecânica, d) Metalurgia, e) Cozinha, f) Guiamento, g) Mecânica e h) Geologia.
Microrregião 4 – Sudoeste Serrano: Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante - APLs: <u>Café arábica</u> , <u>Agroturismo</u> , <u>Olericultura</u> , <u>Pólo avícola</u> , <u>Áreas de preservação</u>	a) Agroindústria, b) Química, c) Eventos e d) Cozinha.
Microrregião 5 – Central Serrana: Itaguaçu, Itarana, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e São Roque do Canaã - APLs: <u>Café arábica e conilon</u> , <u>Agrotuismo</u> , <u>Olericultura</u> , <u>Pólo avícola</u> , <u>Áreas de preservação permanente</u>	a) Manutenção e Suporte em Informática, b) Química, c) Conservação e Restauro e d) Móveis.
Microrregião 6 – Litoral Norte: Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e São Mateus - APLs: <u>Turismo de lazer (investimentos em planejamento urbano e outros equipamentos de lazer)</u> , <u>Petróleo e Gás</u> , <u>Agroindústria empresarial: Pólo de frutas (fruticultura tropical, doces e sucos)</u> , <u>Café conilon</u> , <u>Palmito pupunha</u> , <u>Heveicultura</u> , <u>Silvicultura</u> , <u>Fruticultura</u>	a) Agroindústria, b) Química, c) Guiamento, d) Hospedagem, e) Alimentos e f) Cozinha.

Continuação do Quadro 01

<p>Microrregião 7 – Extremo Norte: Montanha, Mucurici, Pinheiros e Ponto Belo - <u>APLs:</u> Pecuária (planejamento da tecnificação: rebanho e processamento de carnes e peles), Silvicultura (articuladas com áreas de manejo e recursos hídricos), Área de continuidade/expansão do pólo de <u>frutas da região.</u></p>	<p>a) Modelagem do Vestuário, b) Tecelagem e-Vestuário, c) Manutenção e Suporte em Informática, d) Móveis, e) Alimentos e f) Secretariado.</p>
<p>Microrregião 8 – Pólo Colatina: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Pancas e Governador Lindenberg - <u>APLs:</u> <u>Comércio, Construção Civil Confecções, Café, Pecuária e Cerâmica vermelha.</u></p>	<p>a) Modelagem do Vestuário, b) Tecelagem e-Vestuário, c) Manutenção e Suporte em Informática, d) Móveis, e) Alimentos e f) Secretariado.</p>
<p>Microrregião 9 – Noroeste 1: Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenedópolis e Vila Pavão - <u>APLs:</u> <u>rochas ornamentais</u>, Pecuária de corte, <u>Silvicultura com manejo de recursos hídricos.</u></p>	<p>a) Geologia, b) Informática e c) Segurança do Trabalho</p>
<p>Microrregião 10 – Noroeste 2: Águia Branca, Boa Esperança, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, São Domingos do Norte e Vila Valério <u>APLs:</u> <u>Fruticultura, heveicultura, Café conilon, Rochas ornamentais e Suinocultura.</u></p>	<p>a) Modelagem do Vestuário, b) Processos Fotográficos, c) Florestal, d) Manutenção e Suporte em Informática, e) Alimentos e f) Química</p>
<p>Microrregião 11 – Pólo Cachoeiro: Apiacá, Atilio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Vargem Alta - <u>APLs:</u> <u>Comércio, Construção civil, Rochas ornamentais, confecções, laticínios, fruticultura, Suinocultura, Petróleo e gás, Café arábica, Olericultura e Agroturismo</u></p>	<p>a) Mecânica, b) Química, c) Automação Industrial e d) Manutenção e Suporte em Informática.</p>
<p>Microrregião 12 – Pólo Caparaó: Alegre, Divino de São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado - <u>APLs:</u> <u>Turismo ecológico, café arábica e Piscicultura especializada</u></p>	<p>a) Design de Interiores, b) Móveis, c) Alimentos e d) Contabilidade.</p>

Fonte: PEP 2010/2011 (Lima, 2009, p.74-75).

As estratégias de oferta da Educação Profissional nos cursos, ora definidas, deverão seguir dois caminhos básicos: - a oferta direta por meio das escolas ou CEETs da rede estadual e a oferta por meio da bolsa técnica e a bolsa SEDU. Os cursos de infra-estrutura muita cara e cujo *Know How* é dominado por outras instituições, como sistema S, CEFETES, Agrotécnicas, CEDITEC e Universo, entre outras, deverão ser oferecidos por meio da bolsa técnica e da bolsa SEDU, sendo esta uma estratégia adequada para os seguintes cursos: 1) Móveis, 2) Edificações, 3) Automação Industrial, 4) Metalurgia, 5) Agricultura, 6) Agroindústria, 7) Mecânica, 8) Geologia, 9) Mineração e 10) Florestal.

f) Aplicação do plano - Desdobramentos e Implementação do PEP 2010/2011

Com o crescimento econômico do estado do Espírito Santo em pleno século XXI a formação de técnicos tornou-se ainda mais demandada pela economia local assim como pelos jovens que querem uma melhor inserção no mercado de trabalho e prosseguir seus estudos no nível superior.

Para atender a essas necessidades o governo estadual, orientado pelas modalidades e localização das áreas previstas no PEP 2010, buscou ofertar o ensino técnico para os jovens

do Espírito Santo, mas o fez sem incorporar exatamente o que fora indicado no documento encomendado por este mesmo governo, abandonando a estratégia de construção de escolas técnicas estaduais. Segundo o argumento do governo, com a implantação dos IFES do Espírito Santo integrando as agrotécnicas e o antigo CEFETES em 15 campi (Vitória, Serra, Colatina, Linhares, Cariacica, Guarapari, Venda Nova, Nova Venécia, Piúma, Ibatiba, Cachoeiro do Itapemirim São Mateus, Santa Tereza, Alegre e Vila Velha), e tendo em vista o custo e a efemeridade da criação de uma infra-estrutura de escolas técnicas estaduais, optou-se por priorizar quase que exclusivamente a oferta do ensino público técnico por meio da bolsa Sedu.

A bolsa SEDU consiste em comprar vagas na rede de ensino médio privado do estado do Espírito Santo para estudantes que tenham concluído todo o Ensino Médio Regular ou EJA/EM, inclusive CEEJA na rede pública, aos alunos concluintes do Ensino Médio Regular, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio ou Educação de Jovens e Adultos na rede pública estadual, municipal ou federal, e aos alunos de entidades reconhecidas como de utilidade pública.

Em 2008, foram ofertadas 1.200 vagas distribuídas nos municípios de Linhares, Aracruz, Santa Teresa, São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha e Guarapari nos cursos de Logística; Química; Mecânica; Edificações; Eletrônica; Eletrotécnica; Automação Industrial; Enfermagem; Petróleo e Gás e Design de Móveis. Em 2010, este programa aumentou a oferta para 1700 vagas disputadas por nada menos do que 17 000 indivíduos, beneficiando instituições privadas como a ESFA, o CEDTEC, a MASTER, o SAO-CAMILO, o CEA, a FACE, o UNIVERSO, o SENAI, a CONTEC, o ISJB e o CRISTO-REI com repasse anual de cerca de dois milhões de reais.

Em 24/03/2010 em evento de lançamento do PEP e aula inaugural do programa bolsa SEDU o presidente do Sinepe-ES (sindicato das escolas particulares) reforçou a importância da parceria do Governo do Estado, por meio da Sedu, com a iniciativa privada. *“Não podemos mais ouvir que aqui no Espírito Santo não temos mão de obra qualificada. O Governo tem se esforçado e é para isso que existe essa parceria.”* (www.sedu.es.gov.br acesso em 25-03-2010)

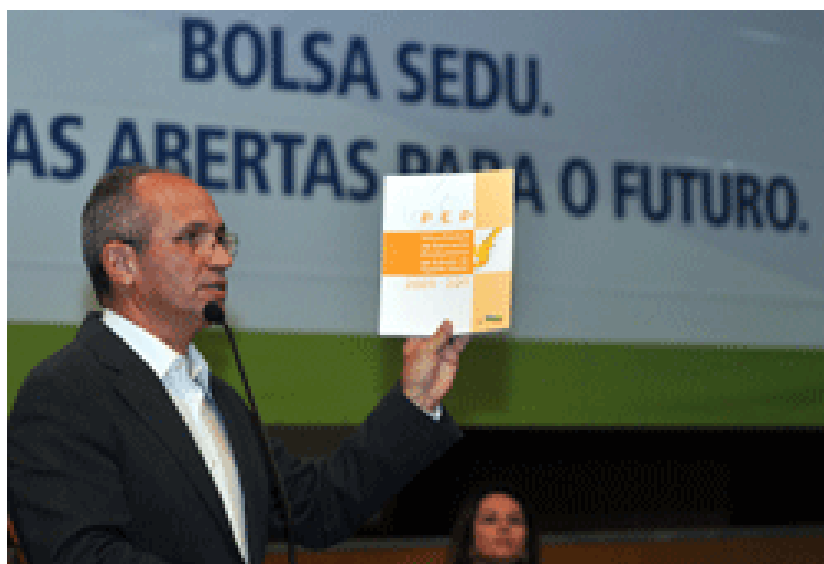
O governador Paulo Hartung destacou que o Plano Estadual de Educação Profissional é um documento que traz um roteiro de trabalho que contempla oportunidades como as oferecidas por meio do Bolsa Sedu. O governador salientou, ainda que *“Nosso desenvolvimento foi muito tardio. O primeiro ciclo de desenvolvimento só aconteceu a partir de 1850, com a monocultura do café”*. Segundo Hartung,

o Espírito Santo só começou a diversificar sua economia a partir da década de 1960, com a implantação dos grandes projetos industriais ligados à mineração, siderurgia e celulose. *“Agora, estamos vivendo um novo ciclo em nossa economia, com o advento das descobertas de petróleo e gás. Para que possamos estar preparados para enfrentar os desafios desse novo ciclo estamos fazendo, desde 2003, o maior investimento de nosso orçamento em Educação. Queremos que as novas oportunidades que surgem a cada dia sejam aproveitadas pelos capixabas”*. (www.sedu.es.gov.br acesso em 25-03-2010).

Ao se dirigir aos alunos da rede pública que foram aprovados no programa bolsa SEDU, o governador parabenizou a todos os aprovados e frisou que os novos alunos venceram mais uma etapa e que agora precisam manter o esforço demonstrado até agora para continuar evoluindo nos estudos e na vida profissional.

Segundo Hartung,

Quem está pagando essa bolsa para vocês é o povo capixaba. Por isso, vale a pena se esforçar e agarrar essa oportunidade com as duas mãos. Vocês estão tendo a chance de construir o patrimônio mais importante que existe nos dias de hoje, que é o patrimônio do conhecimento e do saber. Estamos promovendo um verdadeiro mutirão para qualificar e preparar jovens e trabalhadores, pois nossa intenção é fazer com que os capixabas e aqueles que vivem aqui sejam inseridos nesse novo ciclo de desenvolvimento. Meu sonho é que o Espírito Santo possa dar conta de todas as demandas locais de mão de obra e ser um exportador de gente qualificada para o Brasil e para o mundo”. (www.sedu.es.gov.br acesso em 25-03-2010).



Asscom/Sedu (Governador Paulo Cesar Hartung durante lançamento do PEP e aula inaugural dos alunos selecionados para os cursos técnicos do bolsa SEDU)

Apesar da aceitação pública, política e social do programa bolsa SEDU, ele representa uma alternativa privatista e imediatista de oferta de ensino profissional no Espírito Santo, pois não cria nenhuma infraestrutura em termos de prédio e de equipamentos de formação técnica para a educação no estado. Além disso, essa estratégia desconecta-se do ensino médio indo contra a política nacional de integração do ensino médio com o técnico. Do que se pode concluir que o Planejamento educacional feito para o sistema estadual de ensino não foi seguido pela SEDU em função necessidades imediatas e interesses político empresariais. Em outras palavras, as políticas educacionais nacional, local e regional, apesar de guardarem suas especificidades, servem, entre outros, aos objetivos de reprodução da força de trabalho e de manutenção da ordem social.

Nesse sentido, a política de educação profissional do governo federal e governo estadual estão voltados para a geração de recursos humanos capazes de acompanhar as demandas do mercado de trabalho de técnicos de nível médio.

Mesmo neste contexto, essa política educativa coloca-se no horizonte dos jovens cidadãos que anseiam por se incluírem socialmente no trabalho, no consumo e na continuidade dos estudos no nível superior de ensino. Um aspecto dessa formação que joga um papel relevante está situado no interior das contradições que envolvem o processo pedagógico da educação profissional e do ensino médio em particular que o currículo.

As forças progressistas da educação brasileira, particularmente, ligadas à ANPED, propõem uma integração do currículo do ensino médio com a educação profissional defendendo uma formação politécnica e omnilateral que em termos nacionais tornou-se o projeto hegemônico desde 2004 quando governo federal editou o DL nº 5154 e extinguiu o DL nº 2208 de 1997. Este movimento vem orientando à expansão da rede federal de educação profissional, mas em nível local apesar do discurso do governo estadual que entra (Casagrande) e que sai (Hartung), os maiores investimentos têm servido a uma formação mais aligeirada e desarticulada com o ensino médio e transferidora de recursos públicos, na qual ganha destaque a bolsa SEDU que se caracteriza pela compra de vagas na rede particular de ensino técnico.

Razão pela qual, para 2011 o site www.sedu.es.gov.br anuncia em 15/12/2010 (14:20 horas):

(...) estão sendo oferecidas 520 vagas distribuídas em seis cursos nos municípios de Linhares, Aracruz, São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha e Guarapari. O edital de prorrogação do Bolsa Sedu foi publicado pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) nesta quarta-feira (15), no Diário Oficial. Já o edital de seleção e matrícula foi publicado no dia 02 de dezembro. Os candidatos interessados devem procurar a secretaria da instituição que oferta o curso, sempre das 8 às 12 horas e 14 às 20 horas. Os cursos são: Química, Eletrotécnica, Mecânica, Enfermagem, Automação Industrial e Eletrônica. O processo seletivo destina-se aos candidatos que tenham cursado todo o Ensino Médio Regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Médio, inclusive nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) na rede pública. Também pode participar os concluintes em 2010, alunos que estiverem cursando a 3ª série do Ensino Médio Regular em 2011 e EJA na rede pública estadual, municipal ou federal.



Asscom/Sedu (alunos da rede pública estadual fazendo prova do bolsa SEDU)

No quadro 02 segue o número de vagas, os cursos e a localização das instituições responsáveis pelos cursos das quais o governo estadual deverá adquirir as vagas para os egressos do ensino médio das escolas públicas estaduais.

Quadro 02

ANEXO "A"

QUADRO DETALHADO DE OFERTA DOS CURSOS POR MICRORREGIÃO/MUNICÍPIOS

Microrregiões/Total	Municípios/Total	Cursos	VAGAS OFERTADAS	TURNO	INSTITUIÇÃO
POLO LINHARES / 120 VAGAS	LINHARES 80 vagas	Química	40	Noturno	Cristo Rei
		Eletrotécnica	40	Noturno	Cristo Rei
	ARACRUZ 40 vagas	Mecânica	40	Noturno	CEA
LITORAL NORTE / 80 VAGAS	SÃO MATEUS 80 vagas	Enfermagem	40	Noturno	MASTER
		Eletrotécnica	40	Noturno	MASTER
POLO CACHOEIRO METRÓPOL. EXPANDIDA SUL / 40 VAGAS	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM 40 vagas	Química	40	Noturno	SÃO CAMILO
REGIÃO METROPOLITANA/ 280 VAGAS	SERRA 80 vagas	Automação Industrial	40	Noturno	UNIVERSO
		Mecânica	40	Noturno	CEDETEC
	VITÓRIA 40 vagas	Eletrônica	40	Noturno	UNIVERSO
	CARIACICA 80 vagas	Mecânica	40	Noturno	CEDETEC
		Eletrotécnica	40	Noturno	CEDETEC
	VILA VELHA 40 vagas	Mecânica	40	Noturno	CONTEC
	GUARAPARI 40 vagas	Automação Industrial	40	Noturno	MÁXIME
TOTAL GERAL			520		

Fonte: edital 107/2010

Talvez seja adequado afirmar que o PEP 2009/2011 para ser mais efetivamente adequado ao papel da educação básica pública e de qualidade social deveria ter se oposto a oferta de educação profissional nesses moldes, pois, embora possua uma definição adequada das áreas e locais a serem cobertos no âmbito do Estado do Espírito Santo, ao incorporar a opção da Bolsa Sedu como estratégia indicada o PEP 2009/2011 admitiu uma alternativa que deveria ser complementar e acabou por se tornar “mola mestra” da educação profissional do Espírito Santo.

Ou seja, apesar de oferecer cerca de 4200 vagas em 17 cursos técnicos diferentes localizados em escolas de 28 municípios, a política de educação profissional do governo estadual, ainda, é frágil, pelo menos é que se pode verificar no curso de edificações ofertado em Vitória na EEEM “Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto” que não conta nem com 30% de seu pessoal concursado e licenciado para o ensino médio e técnico nem tão pouco possui infraestrutura para o ensino da parte técnica no interior desta mesma escola, tendo que precisa conveniar com o campus de Vitória do IFES para assim poder propiciar o ensino da prática desta profissão.

O que a história mostra é que conveniar a infraestrutura formativa com outras instituições não foi uma alternativa adequada. A Escola Estadual Arnulpho Mattos, por iniciativa própria, nos anos de 1976, 1983, 1984, 1985, 1987, 1988, 1990 e 1996, buscou essa saída tanto com ETFES (hoje IFES) quanto com o SENAI, mas não obteve êxito. Ofícios remetidos à escola estadual negam tal pretensão. Pelo menos é o que fica patente no Ofício nº 008 do dia 8/1/88, onde o diretor de ensino da ETFES (Herbert Barbosa Carneiro) informa que “a ETFES não ofertará vagas no ano que segue para a escola de Arnulpho Mattos nos cursos de Mecânica e Eletrotécnica em face de mudanças das grades curriculares”. O SENAI, em 15 de agosto de 1997, na pessoa do Diretor Robson Cardoso: “[...] considerando a crescente demanda da empresa e comunidade pelos cursos especiais oferecidos por este centro técnico e a implantação do curso técnico noturno de instrumentação industrial, neste semestre, fica comprometida a continuidade do uso de nossas dependências pelos seus alunos”(Lima, 2004, p. 18-20).

G) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode afirmar é que apesar do avanço que representou a formulação do PEP 2009/2011 e da ampliação da oferta do ensino médio integrado induzido pelo MEC, a improvisação e a transferência de recursos para o setor privado é que caracteriza o ensino técnico do Estado do Espírito Santo. Isso fica mais evidente quando se olha para além da educação do âmbito da SEDU se passa a considerar a política de ciência e tecnologia que assumiu noutros termos a mesma estratégia de compra de bolsas do ensino superior local. Trata-se do programa “nossa bolsa”, que segundo a SECT (secretaria de ciência e tecnologia), é um programa implantado pelo Governo do Estado, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior para estudantes oriundos do ensino público. Mais de quatro mil estudantes já foram beneficiados com bolsas em todo o Espírito Santo. Hoje, 3.636 estão cursando o ensino superior pago pelo Governo do Estado. São 46 cursos de graduação em 28 instituições de ensino superior particulares, distribuídas por todo o Espírito Santo (www.nossabolsa.es.gov.br – 21/12/2010- 11:00 horas).

Todos esses dados revelam o verdadeiro “DNA neoliberal” de um governo que nos últimos oito anos vem sorrateira, mas poderosamente e volumosamente, privatizando recursos que deveriam ir para educação básica, sem cumprir completamente o seu papel na oferta de ensino médio e profissional para 100 % dos jovens capixabas de idade entre 14 a 17 anos.

Tudo isso contrasta ao mesmo tempo em que dá sentido ao quadro atual de oferta da educação profissional no ES, segundo o qual, há um longo trajeto a ser percorrido pela educação profissional local, para se igualar aos principais os demais estados da Região Sudeste que são responsáveis por 60 % da oferta de qualificação profissional de nível técnico nos mais diversos setores da economia. Pelo menos é o que deixa claro o Anuário Nacional da qualificação social e profissional do MTE/DIEESE de 2006, que afirma: (...) a oferta de oportunidades não é só tímida em si, mas, sobretudo, no comparativo com a de outros estados e em nível nacional.

De acordo com o Anuário, o Brasil teve, somando-se todas as redes (pública e privada), em 2006, 747. 892 matrículas. A Região Sudeste, por sua vez, foi responsável por 457. 972 (61,2%) delas, com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, preenchendo, respectivamente, 264. 926 (35,4%), 88. 373 (11,8%) e 93. 728 (12,5%) vagas. Já o Espírito Santo realizou 10. 945 matrículas, o que correspondeu a apenas 1,5% da oferta de Educação Profissional do País.

Todos esses dados mostram que o que ocorre no âmbito da Região Sudeste (oferta de qualificação maior que a demanda por qualificados) não acontece no estado do Espírito Santo, onde é mais provável que haja, em decorrência também da aceleração da economia capixaba, uma carência de técnicos. Carência que poderá ser suprida por técnicos de estados vizinhos, fazendo com que o capixaba tenha inúmeras desvantagens na disputa por melhores empregos gerados pela nova onda de desenvolvimento do Estado.

Conclusivamente pode-se afirmar que a partir de Plano de Educação Profissional (2009), percebe-se por um lado, a relevância de um planejamento, e por outro, contata-se sua insuficiência, quando não há a apropriação dos docentes e gestores que devem ser os co-autores da política pré-estabelecida, que hoje, apesar do discurso dos governadores (Casagrande e Hartung), fazem uma EP de costas para o EM e privatizam-se os recursos públicos, via bolsa SEDU, produzindo mais uma política educacional clone-espécie de um *prouni técnico* do que um ensino médio integrado à educação profissional pública de qualidade..

A nosso ver, todo esse quadro, explica porque um Estado que cresce economicamente mais do que a média nacional, mas mesmo assim mantém alto índice de criminalidade (mais de três mortes por dia, em geral de jovens, pretos e pardos), indicando que os melhores empregos não estão sendo aproveitados por nossos jovens. Lembrando, ainda que, apesar do grande avanço que ele representou em relação às gestões anteriores (José Inácio e Vitor Buaiz) e a unanimidade que se tornou, o governo atual, tem uma série de deficiências que não estiveram explícitas e que essa gestão chegou a ser objeto de ação da ONU que o denunciou por maus tratos de internos do sistema prisional local.

Espera-se, nessa direção que as forças políticas do novo governo estadual compreendam que o papel do estado do ES não pode ser apenas de reformar algumas escolas, dar abonos de final de ano aos professores, apoiar a expansão do IFES e, muito menos, de investir nos setores privados de ensino técnico ou superior, pois é preciso investir largamente no fortalecimento do ensino técnico público estadual.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas.** *Educ. Soc.*, Out 2005, vol.26, no.92, p.725-751.

BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica.**Parâmetros Curriculares nacionais : ensino médio** Brasília, 2002.

_____ Casa Civil **Decreto N° 5154/04** Brasília:DOU, p.18, 2004.

- CROCCO, M. *et al.* **Metodologia de identificação de APLs potenciais**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.
- CUNHA, I. J. **Modelo para classificação e caracterização de aglomerados industriais em economia em desenvolvimento**. Florianópolis: [s.n.], 2002.
- CUNHA, L A **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- CURY, C.R.J. **A educação básica como direito**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.38, n.134, mai./ago.2008.
- DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios?** *Educação e Sociedade*, v. 29, p. 891-917, 2008.
- FERREIRA, N.S.C.(Org.). **Políticas públicas e gestão da educação; polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Liberlivros, 2007.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- FCAA /UFES / SEBRAE **Competitividade sistêmica dos arranjos produtivos locais**, www.sebrae.org.br em 10/8/2008.
- Instituto de Pesquisa do Espírito Santo IN: www.es.gov.br em 10/8/2008.
- Instituto de Pesquisas Aplicadas **Ocupação 2007**, 2007.
- LIMA, M **Proposta de Ensino Médio Integrado** Vitória: Autor, mimeo, 2004.
- _____ **A história da formação profissional** Vitória: Autor, 2007.
- _____ **O desenvolvimento do tempo socialmente necessário para a formação profissional** Vitória: Autor, 2010.
- _____ **Plano Estadual de Educação Profissional 2009/2011** Vitória: SEDU, 2009.
- MENDES, D T **Planejamento Educacional** Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.
- _____ **Desenvolvimento, tecnocracia e universidade** *Revista cultura vozes*, ano 69, nº 06, 1975 p. 6-7.
- BRASIL - MTE /Dieese **Anuário nacional da qualificação social e profissional**, 2006.
- OLIVEIRA, D.A. **Educação básica; gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, R. P. e ADRIÃO, T. (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo : Xamã, 2001.
- PEREIRA, L. **História e Planificação** IN: **Ensaio de sociologia do desenvolvimento** São Paulo: Pioneira, 1970, p. 11-51.
- PEREIRA, L.C.B e SPINK, P. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- RAMOS, M.N.; FRIGOTTO, G ; CIAVATTA, M (Orgs.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SETADES / DIEESE **Observatório do Trabalho** IN: www.setades.es.gov.br em 10/8/2008
- SEDU-ES/ MEC **Censo escolar**, 2006 In: www.sedu.es.gov.br em 10/8/2008.
- TEODORO, A. (Org.). **Tempos e andamentos nas políticas de educação; estudos iberoamericanos**. Brasília: Liberlivros, 2008.
- VIERA S. L. e FARIAS, I.M.S. de. **Política educacional: introdução histórica**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.
- www.nossabolsa.es.gov.br – 21/12/2010- 11:00 horas
- www.sedu.es.gov.br – 21/12/2010- 11:00 horas
- www.sect.es.gov.br – 21/12/2010- 11:00 horas